
ANTÓNIO GAMA

Assistente da Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra

INDÚSTRIA E PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO PERI-URBANO

33

A peri-urbanização é um dos aspectos importantes do crescimento urbano em Portugal, desde meados de 60. A articulação entre o social e o espacial, é neste estudo a base de interpretação desse crescimento urbano e dos novos aspectos da relação cidade-campo. As recentes estratégias da industrialização e o desenvolvimento dos meios de transporte criaram novas formas

espaciais. As relações sociais que as produzem e nelas se moldam apresentam igualmente aspectos próprios (separação residência-emprego; pluriactividade, mobilidade social, estratégias individuais de alojamento, etc.). Na ilustração do tema recorre-se a aspectos evidenciados pelo estudo empírico da área urbana em redor da cidade de Leiria.

NA interferência do social e do espacial, a problemática das relações cidade-campo suscita numerosas questões, as quais se referem a domínios disciplinares diversos. Os fenómenos de crescimento urbano mais recentes deram origem a realidades socio-espaciais complexas, que se evidenciam pelo número e pela dimensão. No entanto as teorias e as terminologias clássicas mostram-se pouco operativas para a sua interpretação. Se muitas das questões postas são consequência dessas novas realidades, outras são-no de novos questionamentos metodológicos, particularmente no modo de inter-relacionar o social e o espacial. O espaço, parece impor-se, a pouco e pouco, nas formulações teóricas de sociólogos e economistas, ao mesmo tempo que, por parte de geógrafos, se (re)descobre o social e se reformula o económico.

Estas novas realidades do crescimento urbano paten-teiam-se nos espaços rurais transformados por uma urbanização difusa na periferia de centros pré-existentes, tanto na sua expressão de crescimento de áreas metropolitanas, fenómeno mais antigo, como, mais recentemente, de áreas periféricas de centros urbanos de pequena e média dimensão. Quer num caso, quer no outro, criam uma transição gradual entre a cidade e o campo, cujas implicações são profundas, tanto na cidade, como nos campos circundantes.

1. O espaço e a sociedade

Para além dos resultados de uma análise de tipo empírico traduzida em distribuições e comparações entre variáveis e unidades espaciais de maior ou menor dimensão, deverá ser tida em consideração uma abordagem de tipo genético, tendo em atenção a articulação com diferentes níveis de análise espacial. Como a formação e transformação das áreas peri-urbanas são consequência dos processos de urbanização, fenómeno social e cultural com implicações espaciais, por conseguinte, devem ser enunciadas algumas das novas dimensões do crescimento urbano. Estas manifestam-se particularmente na interrelação entre a dimensão espacial (concentração e extensão), a dimensão funcional (mudança dos usos do solo — intensidade e funcionalidade) e a dimensão social (as mudanças sociais, as práticas sociais e as atitudes culturais das populações). Se podemos considerar que estas novas realidades são produzidas pelas relações sociais, devemos assinalar que esta relação não é simples. Na estrutura social e nas formas espaciais construídas, manifestam-se, de forma evidente ou oculta, diversas técnicas, umas funcionais, outras reguladoras. Os usos sociais dessas técnicas produzem uma das características universais da urbanização capitalista, a diferenciação espacial (Walker, 1981, 385). Assim, as mudanças das técnicas de comunicação e de construção ao criarem novos modos de comunicar e de fazer, alargaram os espaços de relação social e económica e alteraram os saberes e os modos de fazer, assegurando a coerência de uma formação social específica. Estes novos saberes e modos de fazer, se originaram novas formas de existir, também deram novo vigor a outras supostas em extinção embora com expressão diferente: uma territorialidade é substituída por outra. (Raffestin *et al.*, 1979, 143) Na transformação de antigas formas de organização social e na criação de outras em sua substituição ou em sobreposição, o espaço toma pois uma dimensão importante, quer como recurso, quer como elemento simbólico.

Esta relação sociedade-espço evidencia-se, ao nível local, nas estratégias dos agentes sociais, sejam locais, sejam extralocais, nas formas de produção e nos modos de uso do espaço. Ora, por conseguinte, afigura-se-nos pertinente a distinção entre o que é específico do local e o que lhe é exógeno. Ao estudarmos a relação entre urbanização e industrialização na formação dos espaços peri-urbanos devemos ter em atenção a componente espacial território. Este é aqui entendido como um espaço definido por uma sociedade no qual se configuram relações de poder, condicionando, por seu turno, essas mesmas configurações (Rappestin, 1980; Soja, 1985; Massey, 1985).

Seguindo E. Mingione (1977), a definição do território supõe três aspectos: a) um mapa de relações sociais; b) um meio de produção; c) um bem de consumo raro, isto é, de fraca oferta. Contudo, a relação entre o social e o espacial, que a noção de território encerra, é mais complexa, tanto porque os diferentes tipos de relação social se configuram a níveis territoriais de diferente dimensão, como são diferentes as combinações socio-espaciais entre as formações sociais, segundo o lugar e o tempo. Em uma obra posterior o próprio autor, considerando que embora a formulação precedente «atinja o objectivo de ligar os problemas urbanos e regionais com os processos de acumulação, sem limitar ou autonomizar as relações sociais complexas», chama a atenção para o seu carácter insatisfatório. E essa insatisfação advém de que «qualquer tipo de definição das relações socio-territoriais pode tornar-se numa ilusão, por serem apenas aspectos parciais de processos sociais mais gerais e complexos». Na sequência de uma reflexão sobre o território, que não cabe aqui reproduzir, salienta três problemáticas, fortemente inter-relacionadas entre si e resultantes de diferentes perspectivas, que podem ser de utilidade no estudo das características territoriais da acumulação capitalista. São eles «a desigual e contraditória distribuição das relações sociais no território», «o papel das várias formas de renda e especulação da terra no processo de acumulação capitalista», «os diferentes usos alternativos do solo» e a competição que se gera em torno deles. (Mingione, 1981,22).

35

Considerar o território como um espaço produzido pelas relações sociais, mas também produtor de relações sociais, tem como consequência atribuir ao espaço uma importância, como condicionador de relações sociais (distância, factores naturais, implantações humanas). No entanto, este papel condicionador deve ser examinado de forma relativa com os modos de organização social, tendo em conta que os limiares técnicos são ao mesmo tempo limiares sociais. Além disso, na forma de aproximação teórica e metodológica para a compreensão dos fenómenos socio-espaciais devemos, apesar da simplificação esquemática, ter ainda em consideração três níveis de análise espacial, correspondendo a cada um uma problemática dominante: 1) o nível local, infra-regional, e o problema das relações cidade-campo; 2) o nível inter-regional e nacional e as questões da relação metrópole-território e da dimensão territorial do Estado; 3) o nível internacional e as relações centro-periferia, no quadro de divisão internacional do trabalho.

A escala que privilegiaremos neste estudo é a de nível local. Nele teremos em consideração o processo de apropria-

ção dos recursos, a capacidade produtiva e as formas de uso do solo resultantes, a relação residência-trabalho e o problema do alojamento e reprodução social. Ao pensar um território à escala local deveremos procurar compreendê-lo fazendo a articulação com os outros níveis de análise. Quando se relacionam as problemáticas locais com âmbitos mais vastos, que lhe são exteriores, mas de que são dependentes, procura-se compreender o significado do processo das relações socio-espaciais, tanto no quadro nacional (a relação metrópole-território, o papel do Estado nacional e os processos de regulação jurídico-administrativos), como no contexto internacional (os territórios local e nacional na divisão internacional do trabalho). O estudo das novas formas de urbanização, quando feito à escala local, ganha uma nova dimensão explicativa ao envolver uma relação com outros níveis de análise.

2. O processo de peri-urbanização:

A urbanização dos espaços de transição entre a cidade e o campo é, por uns autores, designada de peri-urbanização e de rurbanização, por outros. Duas razões principais levam-nos a optar pelo termo peri-urbanização. Por um lado, a forma como se desenvolve o processo de urbanização dos espaços rurais polarizados pela cidade e com uma influência decrescente a partir desta, e, por outro, a conotação do termo rurbanização, quer na literatura anglo-saxónica, quer na francesa, como espaços rurais de residência neolocal de população de origem citadina (Pahl, 1965; Charrier, 1970; Bauer *et al.* 1978; Berger *et al.* 1980). De forma um tanto simplificada, podemos considerar o processo de urbanização como uma invasão dos espaços imediatos à cidade, em extensões por vezes consideráveis, introduzindo importantes mutações nas formas dos comportamentos económicos, sociais, demográficos e culturais das populações localizadas nessas periferias, e que é acompanhada de mudanças radicais nas povoações englobadas pelo processo de difusão urbana. Este processo cria áreas densamente povoadas que participam da vida rural (pela sua localização, pelos tipos de residência, pelas relações de propriedade) e da vida urbana (pelas deslocações entre a residência e o trabalho, entre campo e cidade; pela desconcentração da urbe em relação a uma série de actividades; pela procura que as empresas fazem de uma série de economias de localização). Imperceptivelmente, cria-se um continuum espacial entre o urbano e o rural tradicionais. Em contraste com a separação clássica entre a cidade e o campo, a área peri-urbana apresenta-se como um espaço de transição, muitas vezes um extenso espaço, que combina ao mesmo tempo aspectos rurais e urbanos. Este espaço não

deixa, no entanto, de ser polarizado pela cidade, na organização espacial das actividades económicas, no domínio das trocas e da gestão empresarial e financeira. Nele, coexistem aspectos rurais e urbanos que se traduzem na plurifuncionalidade do uso do solo, na pluriactividade das suas populações e na complexidade da estrutura social e das práticas culturais. A plurifuncionalidade e a pluriactividade, como consequência dos novos modos de comunicar e de fazer, tornam-se características definidoras da peri-urbanização.

Ora, partindo da consideração dos aspectos da comunicação e dos modos de fazer, quatro fenómenos assumem particular importância no processo que leva espaços rurais, circundando as cidades, grandes ou pequenas, a perder a sua especificidade baseada na monofuncionalidade dominante da exploração agrícola ou pecuária e de uma actividade agrícola regulada pela temporalidade cósmica. Estes convertem-se em áreas plurifuncionais e de pluriactividade, de regulação convencional, sujeita por isso aos ritmos e aos modos criados e difundidos por uma civilização técnica de origem urbana e pela modernidade que a acompanha.

Esses quatro fenómenos são:

1. a difusão dos meios de transporte pessoal (em especial, o automóvel e os motociclos) aumentando a acessibilidade aos lugares de trabalho e aos mercados;
2. a difusão dos meios modernos de comunicação, criando um espaço de informação diversificada e mais vasto do que o da comunidade rural e, portanto, mais permeável às influências culturais urbanas;
3. a difusão da energia, em especial a energia eléctrica, propiciando uma quase ubiquidade energética com múltiplos usos;
4. a difusão rápida de novas e diferenciadas técnicas de fazer, com implicações tanto no espaço produtivo (indústria, agricultura), como no espaço residencial (na construção da habitação, no equipamento doméstico, etc.).

A combinação destes factores gerou uma corrente de descongestão urbana que envolve tanto populações urbanas em busca de espaços «naturais», como indústrias, armazéns comerciais ou comércios de grande superfície, espaços de ócio, em procura de maiores extensões, de rendas fundiárias mais favoráveis ou de mão-de-obra disponível e mais barata. Contudo, esta descongestão urbana pode não envolver senão algum, ou alguns, destes componentes.

Assim como para as terminologias, também na diferenciação dos espaços de transição entre o urbano e o rural, não há ainda unanimidade. Se não oferece problemas aceitar, seguindo R. Badouin (1979), que «actualmente se pode

observar uma tripla partição do espaço composta pelo espaço urbano, propriamente dito, em segundo lugar, por zonas rurais em que os efeitos de difusão do espaço urbano se manifestam primordiais e, por último, pelo rural profundo, no qual os efeitos de atracção permanecem essenciais», já o mesmo não se põe com diferenciações mais particularizadas dos espaços de transição. Deixando de parte a discussão dos processos e das terminologias, parece-nos útil diferenciar, de entre estes últimos, dois tipos, pela predominância de certos caracteres e pela sua relação espacial:

1. Espaços peri-urbanos de áreas metropolitanas, caracterizadas por uma grande extensão, uma especialização e um zonamento dos usos do solo, por uma população cuja a composição tem uma grande proporção de neolocais e uncentrados pela metrópole.

2. Espaços peri-urbanos de regiões intermédias, caracterizados por um menor raio de influência dos centros urbanos, policentrados, uma menor especialização funcional dos usos do solo e uma fraca ou quase nula proporção de população neolocal.

Este último tipo de peri-urbanização mais difuso, relacionada com pequenos e médios centros urbanos, liga-se com a permanência das populações rurais no local, como consequência do seu desenvolvimento associado com o acesso novo aos benefícios da cidade. Nestes casos a agricultura perde o seu carácter tradicional, apresentando-se às áreas peri-urbanas dois caminhos nos modos de valorização dos solos agrícolas: 1) a manutenção de um sector tradicional camponês ligado a outros sectores de actividade por membros do grupo familiar (pequenas explorações; formas policulturais; pluriactividade); 2) uma modernização técnica e económica, isto é, adopção de uma racionalidade empresarial capitalista concorrendo com outras áreas produtivas mais ou menos afastadas (explorações de média e grande dimensão, intensificação da produção; incorporação de capital relativamente elevado em tecnologia; especialização produtiva, produção exclusivamente comercial). Este tipo de peri-urbanização aparece associado tanto a uma fase de descentralização e de dispersão das implantações de indústria a partir das áreas de grande concentração urbano-industrial (fases de recessão do capital com emergência do nível local nas formas de reprodução social), como a um crescimento de actividades terciárias, sobretudo de serviços, com implantação territorial difusa ou de localização descentralizada (espaços de ócio e tempo-livre).

As recentes estratégias de industrialização, em particular as formas de industrialização dos campos, que produzem

estas formas recentes de urbanização, cuja natureza e extensão as tornam peculiares, articulam-se com formas particulares de relação socio-espacial, especialmente no que se refere ao trabalho no seio da estrutura familiar e ao alojamento. Esta articulação torna-se de muito interesse, ao questionar problemas respeitantes ao domínio da reprodução social da força de trabalho. A questão do alojamento e as formas de trabalho são, por conseguinte, duas temáticas tomadas como referência principal, pois, é a partir da sua articulação que se revela uma explicação para os espaços peri-urbanos.

A questão do alojamento, suscita diversas reflexões sobre o significado das formas de ocupação e de propriedade, assim como da sua relação com as formas de trabalho no contexto da economia familiar. A casa expressa um valor de troca (mercadoria e reserva capital) mas ainda, além disso, um valor de uso, com uma dimensão simbólica, a que não é estranho o meio social onde se localiza. (Harvey, 1985; Saunders, 1981).

Por seu lado, as formas de trabalho, que aqui consideramos, apresentam uma diversidade de situações, não se esgotando numa formulação esquemática, como consequência de ocorrerem, no seio da economia familiar, em combinações por vezes complexas: trabalho principal — trabalho complementar; formal — informal; combinação de sectores de actividade (particularmente entre trabalho agrícola — trabalho industrial ou terciário). À diversidade social das áreas peri-urbanas associam-se, por conseguinte, formas complexas de reprodução social.

Estas áreas oferecem contextos particularmente atractivos à localização de actividades que, pela descongestão urbana, procuram novas localizações. As novas componentes técnicas da localização industrial, especialmente no que se refere à mobilidade da energia e das mercadorias (pela redução dos tempos como dos custos de transporte, assim como dos riscos de perdas) e à mobilidade de informação (gestão de stocks e informação de mercados), permitiram uma redistribuição e um redimensionamento das indústrias. À perda de importância dos particularismos, gerados pela fricção da distância, sucede agora o virar de atenções para as especificidades locais e para uma reorganização da indústria que, às componentes exteriores de interdependência, adiciona aspectos endógenos que não são de desprezar.

Dessa transformação criada sobretudo pela «ubiquidade energética» e pela mobilidade de informação, emergiu de forma marcante, além de outras características locais, a importância do factor força de trabalho. Este factor, cuja a mobilidade era necessária às indústrias com localizações mais rígidas, determinadas económica e tecnicamente pela impor-

tância de outros factores, arrastava consigo o problema complementar da reprodução social (dos modos de existência: alimentação, alojamento,...). O alojamento, dentro destes custos de reprodução, pesou sempre de forma significativa. As medidas sociais em favor do alojamento operário, tanto de iniciativa privada, como pública, são disso prova insofismável. A estes custos juntavam-se todos os problemas sociais da concentração e massificação, do desterramento e da perda de identidade cultural, com a contrapartida de formação de novos modos culturais, em que a vizinhança perdia importância em relação ao emprego nas formas de relação interpessoal, prevalecendo as formas culturais de massa e uma forte conflitualidade laboral (reivindicações, greves, etc.).

As estratégias recentes de localização industrial, devido à perda de rigidez da localização, caracterizam-se, em contraste com as formas clássicas, por uma maior mobilidade espacial da fábrica. O peso dos custos de transporte, entre os factores de localização, diminui a ponto de se tornar vantajoso, para um grande número de indústrias, procurar outras localizações. Esta mobilidade possibilita uma escolha dos tipos de força de trabalho adequados às estratégias produtivas das empresas em função das suas áreas de mercado (extensão e diversificação das áreas de mercado), do tipo de produção (de fabricação de componentes, produtos poluentes, etc.) e das formas de regulação contratual (leis laborais e custos da mão-de-obra). Os aspectos de reprodução social, entre os problemas que são postos às empresas, passam agora para um plano exterior a estas. Isto porque a natureza local da mão-de-obra recoloca-o como problema resolvido, ou a resolver, pela comunidade local ou pelos próprios trabalhadores de forma individual (do público regressa-se ao privado; do colectivo ao individual). Assim, as populações camponesas, no caso de se tratar de mão-de-obra local, mudam de sector de actividade, mudança de profissão que ocorre sem mudança de área de residência. A um espaço plurifuncional sobrepõem-se relações de trabalho de pluriactividade, associando, nomeadamente, o emprego principal com o trabalho agrícola complementar.

Com base num estudo de nível local de um processo de transformação socio-espacial procuramos ilustrar esta problemática.

3. A peri-urbanização no concelho de Leiria

O estudo do processo de urbanização em Portugal, a partir dos anos 50 apresenta uma diversidade de situações de natureza complexa. A área em que se desenvolvem formas de urbanização dos campos, fenómeno extensivo a quase todo o norte e centro litoral de Portugal, revela-nos um dos aspectos

mais interessantes de entre os processos de urbanização. Ou seja, uma urbanização difusa de tipo peri-urbano de génese local, associada ao pluri-emprego, e que é contemporânea de outros processos de suburbanização e peri-urbanização, estes afectando áreas metropolitanas. Destes diferencia-se pela sua génese e pelos aspectos formais de que se reveste. Estes fenómenos paralelos, mas com processos diferenciados, levam-nos a abordar uma série de assuntos na problemática das relações cidade-campo, como as questões do alojamento, das relações de trabalho e a mobilidade socio-profissional. Da combinação diferenciada destas resultam configurações espaciais específicas a cada tipo e fase de urbanização.

41

Constituindo na sua quase totalidade uma área de urbanização o concelho de Leiria⁽¹⁾ ilustra de modo exemplar a problemática atrás enunciada. Com uma população em 1981, de cerca de 100 mil habitantes apresenta-se como uma área de forte densidade de população e com povoamento denso e disperso. E, além disso, espacialmente diferenciada, pela distância e pela proximidade das principais vias de comunicação rodoviária em torno da cidade de Leiria. As formas de povoamento e a densidade populacional do concelho, patenteiam aspectos comuns a outras áreas das regiões litorais do centro e norte. A densidade de população oscila no território concelhio entre valores superiores nas freguesias mais urbanizadas (Leiria, 1700 hab./Km²; Marrazes, 565 hab./Km²) e inferiores nas freguesias mais rurais e afastadas (Coimbrão 46 hab./Km²). A população activa, predominantemente constituída pelo sector secundário, apresenta a seguinte repartição: primário: 15%; secundário: 41%; terciário: 36%. Esta composição dá-lhe características de urbanização, apesar das formas de povoamento evidenciarem ainda, com grande profusão, dimensões de ruralidade.

Esta combinação de aspectos rurais e urbanos é um resultado de um processo de transformação recente, o qual se alargou a quase toda a faixa litoral do país. Ao mesmo tempo que se processava uma concentração espacial da população portuguesa nos distritos litorais, particularmente na área metropolitana de Lisboa (64,3%), operava-se na estrutura social da população uma mudança que pode ser descrita como uma forma de transição para uma sociedade de tipo urbano-industrial. No que se refere à dinâmica demográfica, «o aumento verificado na área metropolitana de Lisboa entre 1960 e 1981 foi superior ao aumento registado por todo o país no mesmo período», acentuando-se «ao longo deste período

(1) Não teremos aqui em conta a sua extensão por concelhos vizinhos particularmente Marinha Grande e Batalha.

a bipolarização urbana e a litoralização do povoamento do continente» (Gaspar, 1986). Enquanto isso, os distritos do interior patenteiam uma perda de efectivos demográficos. Concomitantemente com esta concentração da população, que aliás não se efectiva em grandes aglomerações, à excepção das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, ocorrem mudanças na estrutura das actividades da população, com aumentos substanciais nos sectores secundário e terciário. Contudo, permanecem ainda características da antiga sociedade rural, com ligações à agricultura evidenciadas pelas formas de pluriactividade. Estes aspectos têm grande expressão nas regiões litorais do país, particularmente do centro e norte, onde o processo social de «urbanização» não foi acompanhado de formas espaciais de aglomeração em cidades grandes (Fig. 1).

Do mesmo modo, a estrutura social da população do concelho de Leiria e particularmente a repartição da população activa pelos ramos de actividade no período entre 1950 e 1980 expressam um aspecto do processo de transição de uma sociedade predominantemente rural para uma sociedade de tipo industrial, com formas específicas de urbanização (Quadro 1).

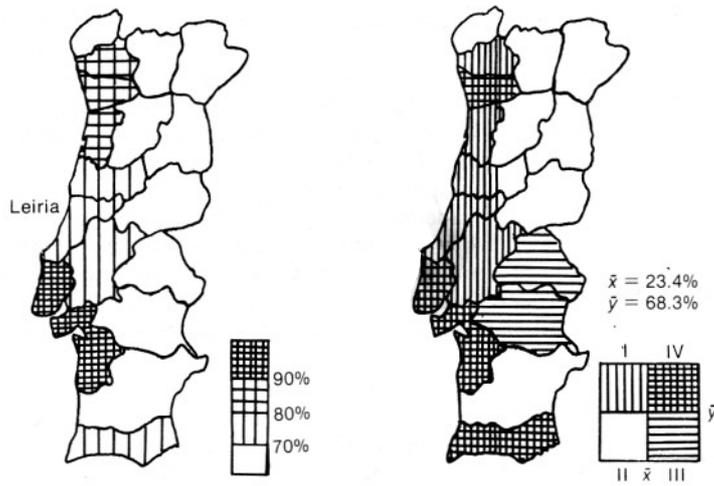
QUADRO 1

**Variação da população activa do concelho de Leiria
por ramos de actividade — 1950-1981**

RAMOS	CÓDIGO CAE	1950	1960	1970	1981	50-60 %	60-70 %	70-81 %
Agricul./Caça/Pesca	1	13893	14046	7400	5538	1,1	-47,3	-25,2
Industr. Extractiva	2	78	106	25	88	35,9	-76,4	252,0
Ind. Transformadora	3	4595	6196	7615	12326	34,8	22,9	61,9
Electr./Gás/Água	4	6	22	50	125	266,7	127,3	150,0
Construção	5	1073	2002	2960	5338	86,6	47,9	80,3
Comer./Transp./Ban.	6/7/8	1821	2190	3255	6189	20,3	48,6	90,1
Comércio/Hotelaria	6			2220	4563			105,5
Transp./Comunic.	7			750	918			22,4
Banca/Seguros/Imob	8			285	708			148,4
Administr./Serviços	9	3613	3580	4035	7641	-9	12,7	89,4

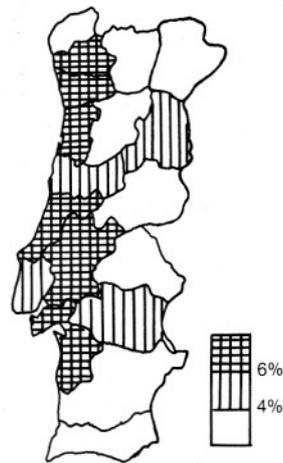
FONTE: R.G.P. — INE.

O ponto de ruptura no processo de mudança, situa-se na década de 60, com a crescente implantação de indústrias, nomeadamente de matérias plásticas. Em 1980, estas ocupavam cerca de 20% da população activa do concelho empre-



a) População activa nos sectores secundário e terciário, por distritos

b) Relação entre a população activa nos sectores secundário e terciário (y) e a concentração a população em lugares ≥ 5000 habitantes (x)



FONTES: a) e b) R.G.P., INE, 1981;
c) R.A.C., INE, 1979.

c) População agrícola familiar com actividade na indústria no total da população agrícola familiar, por distritos

Fig. 1 — Repartição regional da estrutura da população activa

gada na indústria e correspondiam a uma fracção idêntica do valor bruto da produção da indústria transformadora. A sua implantação, que se sobrepôs a um espaço formado por indústrias tradicionais, foi seguida de outras, criando um espaço industrial diversificado. Enquanto as indústrias tradicionais se caracterizam por uma fraca especialização técnica, sendo principalmente ligadas a recursos locais de matérias primas (madeiras, cerâmicas, cimentos), as de implantação mais recente, correspondendo à fase iniciada nos anos 60, são fundamentalmente indústrias localizadas pelas condições locais de oferta de mão-de-obra e de preços de solos e apresentam, além disso, uma certa especialização (Quadro 2).

QUADRO 2

Variação da população activa segundo os ramos da indústria transformadora — 1950-1981

RAMOS	CÓDIGO CAE	50-60 %	60-70 %	70-81 %
Alimentação/Bebida/Tabaco	31	- 16.9	5.1	328.3
Têxteis/Vestuário/Calçado	32	12.9	- 10.0	- 5.2
Madeira e mobiliário	33	14.3	1.1	20.9
Papel/Artes gráficas	34	12.1	61.5	225.7
Indústrias químicas	35	2257.1	84.1	119.1
Minerais não metálicos	36	22.6	35.9	27.8
Indústrias básicas e metal.	37 + 38	109.1	5.9	93.3
Outras	39	- 28.5	96.5	45.6
Indústria transformadora		35.0	22.9	61.8

FONTE: R.G.P. — INE.

Paralelamente ao aumento do número de empregos na indústria, processou-se uma crescente oferta de empregos nas actividades de serviços e comércio. A uma sociedade principalmente rural coordenada por um pequeno centro urbano de serviços e comércio, característicos de uma pequena cidade tradicional, sucedeu em cerca de duas décadas de anos, uma sociedade urbanizada, de características complexas tanto pela estrutura social, pelas práticas culturais, como pelas formas de uso do espaço. Hoje uma população de residência e de cultura urbana, e que apresenta uma maior concentração espacial, coexiste com uma população incompletamente urbanizada, dispersa pela área peri-urbana. Esta população trabalha nos empregos da cidade (serviços e comércio) e na

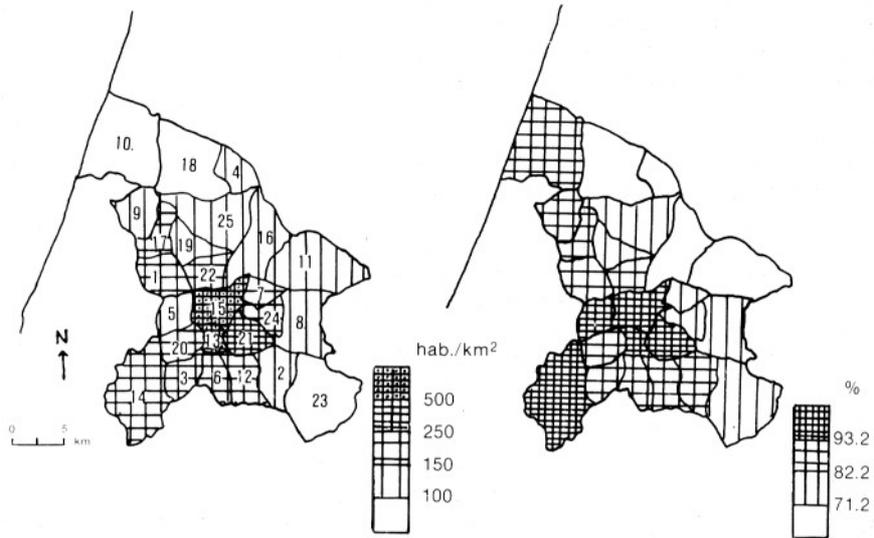
indústria, a qual se reparte entre o espaço urbano propriamente dito e as freguesias suburbanas, e reside em localidades, que se densificam, dispersas pela área do concelho, e concelhos vizinhos. Este tipo de distribuição acentua-se, evidenciando-se alcances maiores, à medida que se difundem os veículos de transporte individual. Estes, ao possibilitar o alongamento dos trajectos entre a residência e o local de trabalho, alargam as áreas residenciais peri-urbanas (Figura 2).

Esta industrialização e terciarização foi, numa primeira fase, acompanhada por uma emigração para o estrangeiro de parte da mão-de-obra rural, fenómeno que atingiu grandes proporções, no concelho, durante a década de 60⁽²⁾. Estes factos vieram a traduzir-se numa diferenciação socio-espacial mais complexa. A industrialização, ao criar uma transformação na estrutura do emprego, de um emprego predominantemente agrícola para um emprego na indústria e no sector terciário, teve como consequência um aumento dos rendimentos familiares, o que veio a reflectir-se na estrutura social, no alojamento e nos usos do solo. Por seu turno, a emigração, muito forte na década de 60, e que afectou particularmente as freguesias mais rurais e periféricas do concelho de Leiria, teve dois tipos de consequências. Numa primeira fase, a perda de mão-de-obra agrícola, provocada pelo êxodo rural emigratório, foi seguida de um crescente reinvestimento na terra, tanto na aquisição de terras como na construção de habitações. Numa segunda fase, após 1970, que corresponde à fase de retorno emigratório, deu-se um reforço das mudanças anteriormente manifestadas, e acentuou-se o crescimento populacional. Nesta década, juntamente com uma diferenciação na estrutura do emprego, assiste-se ao aumento e diversificação de iniciativas de investimento em actividades económicas (Boura *et al.*). Estas, no que se refere aos emigrantes, surgem modernizadas pelas suas trajectórias profissionais e, particularmente, pela sua aprendizagem exterior de urbanização.

Algumas das incidências mais significativas dessas transformações, no contexto da área de peri-urbanização que apresentamos, referem-se às mudanças sociais locais, às estratégias no alojamento e às formas de uso do solo.

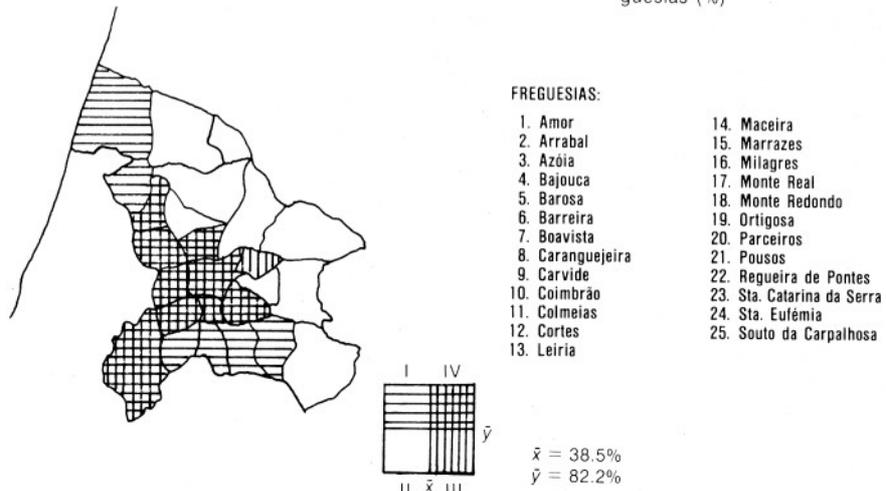
1. *Mudanças sociais locais*—À semelhança do que se verificou em outras áreas do centro litoral, onde se presenciaram processos de transformação análogos, operou-se na estrutura social da população do concelho de Leiria uma mudança profunda. Esta expressa tanto as interrelações com

(2) No concelho de Leiria, durante o decénio de 60-70, a população emigrante atingiu o valor de 13 682 pessoas, ou seja, 16% da população total. Somente um terço das 25 freguesias teve crescimento populacional positivo.



a) Densidades da população por freguesia (1981)

b) Repartição da população activa nos sectores secundário e terciário por freguesias (%)



c) Relação entre a população activa nos sectores secundário e terciário (y) e a concentração da população em lugares ≥ 500 habitantes (x)

FREGUESIAS:

- | | |
|------------------|----------------------------|
| 1. Amor | 14. Maceira |
| 2. Arrabal | 15. Marrazes |
| 3. Azóia | 16. Milagres |
| 4. Bajouca | 17. Monte Real |
| 5. Barosa | 18. Monte Redondo |
| 6. Barreira | 19. Ortigosa |
| 7. Boavista | 20. Parceiros |
| 8. Caranguejeira | 21. Pousos |
| 9. Carvide | 22. Regueira de Pontes |
| 10. Coimbrão | 23. Sta. Catarina da Serra |
| 11. Colmeias | 24. Sta. Eufémia |
| 12. Cortes | 25. Souto da Carpalhosa |
| 13. Leiria | |

FONTES: R.G.P., INE, 1981.

Fig. 2 — Diferenciação espacial da estrutura da população no concelho de Leiria

outros espaços sociais, articulando-se na divisão regional do território nacional, como revela fenómenos de génese local, nomeadamente no que se refere aos ramos industriais de cerâmica e matérias plásticas. Entre 1960 e 1981, observa-se um crescimento dos assalariados industriais, dos empregados de escritório, comércio e serviços.

Estas mudanças processaram-se principalmente nos anos 60 e são continuadas na década de 70. Em 1960, predominavam os assalariados agrícolas (35,8%) e os empregados de comércio e serviços (23,7%). Os elementos estatísticos dos recenseamentos de 1970 e de 1981 revelam-nos algumas das mudanças operadas na estrutura social. Em 1970, o grupo mais importante é o dos assalariados industriais, com 38,8% da população residente activa, e reforçando essa posição em 1981, com 42,5%. No que diz respeito à população empregada no comércio e serviços, passa de 23,7% em 1960 para 30,2% em 1981⁽³⁾. Ao mesmo tempo a população com actividade principal na agricultura diminui. Os assalariados agrícolas de 35,8%, em 1960, passam para 12,5%, em 1970, e para 8,5%, em 1981. A mesma diminuição se verifica com os padrões agrícolas (3,2; 0,6 e 0,2, respectivamente).

Esta mobilidade profissional é acompanhada por uma mobilidade geográfica quotidiana que os meios de transporte e a densa rede viária facilitam. A par das mudanças profissionais, cujo exemplo mais significativo é o de camponeses se tornarem operários industriais ou empregados dos serviços, verifica-se, pela dissociação espacial entre a residência peri-urbana e o emprego urbano, um fluxo quotidiano de migrações. Estas processam-se principalmente entre os espaços mais urbanizados, onde se localizam os empregos (terciário e um grande número de indústrias), e as zonas mais rurais de residência.

Esta população é predominantemente pluri-activa, complementando o emprego principal com outra actividade, na qual se salienta a actividade agrícola. Uma significativa percentagem da população ficou ligada ao trabalho da terra, quer por continuar na agricultura, agora a tempo-parcial, quer por pertencer a famílias de agricultores (Quadro 3)⁽⁴⁾. O facto de aproximadamente 30% da população empregada na indústria estar ligada à agricultura, assim como outros tipos de vínculo, é disso exemplo. Isto expressa uma articulação entre a agri-

(3) A sua importância em 1970 é difícil de definir por questões atinentes às designações estatísticas.

(4) O número de exportações agrícolas, no período entre 1954 e 1968 diminuiu de 11,2%, enquanto, no período 1968-1979, se manteve quase estacionário (diminuiu 2,4%).

QUADRO 3

População agrícola familiar com actividade remunerada fora da exploração — 1979

	C/ACTIV. NA EXPLOR.	S/ACTIV. NA EXPLOR.	TOTAL
Indústria	2 566	1 099	3 665
Construção e O. P.	1 664	974	2 636
Comércio e Hotelaria	769	569	1 338
Out. activ. remuner.	2 408	2 109	4 517
Total da Pop. Agric. Familiar	7 405	4 751	12 156

$$\frac{A}{B} = \frac{12\,156}{37\,434} = 32,5\%$$

A — População agrícola familiar com trabalho remunerado fora da exploração.

B — População agrícola familiar.

FORNTE: R.A.C. — INE — 1979.

cultura e a indústria com implicações nas formas de reprodução social (Reis, 1985; Santos, 1985).

2. *Estratégias perante o alojamento* — No que se refere ao alojamento, evidenciam-se três processos segundo a zona de urbanização: um do núcleo urbano, dois na área peri-urbana.

O núcleo urbano propriamente dito constituído pela freguesia de Leiria, com uma dominância de construções em altura, de uso residencial ou de outros, principalmente terciários. Aqui, predomina o sistema de arrendamento, verificando-se que cerca de 70% do alojamento é arrendado, o que cria uma situação quase simétrica das coroas da periferia urbana⁽⁵⁾. A população que reside nesta zona tem predominantemente emprego no sector terciário. Neste configura-se uma área social principalmente burguesa.

Uma primeira coroa peri-urbana em que se deu um processo de densificação e expansão das áreas próximas do centro urbano, com uma população de serviços importante

⁽⁵⁾ A variação relativa do número de alojamentos entre 1970 e 1981 apresenta os maiores crescimentos nas freguesias de Leiria, Marrazes, Parceiros, Barreira, Boavista e Milagres. À excepção das duas últimas, todas as outras se situam na periferia contígua do centro urbano. Por outro lado, no que se refere ao arrendamento dos alojamentos, as freguesias com maiores valores (superiores a $\bar{x} + \sigma$) são: Leiria, Marrazes e Pousos, seguidos de Parceiros, Azóia, Barosa, Barreira e Boavista (com valores entre a \bar{x} e $\bar{x} + \sigma$) — ($\bar{x} = 11,9$; e $\bar{x} + \sigma = 24,8\%$).

(superior a 35%). O alojamento é predominantemente individual, de um piso ou dois, e de propriedade própria, podendo ou não ser ligado a uma exploração agrícola. As mudanças de residência fazem-se na maioria dos casos no interior das freguesias, podendo ser constituída, se bem que numa fraca proporção, por antigos residentes urbanos.

Por último, uma segunda coroa peri-urbana, mais exterior, em que se verifica um processo de densificação menos intensivo. Esta engloba as freguesias mais afastadas, nas quais a actividade agrícola é mais importante, a associação de empregos no secundário e no primário. Nesta zona, a casa apresenta características dominantes de ligação à exploração agrícola. As mudanças residenciais, por seu turno, fazem-se principalmente no interior da freguesia ou entre freguesias vizinhas com as mesmas características.

49

3. *Mudanças nas formas de uso do solo:* Os usos do solo diversificam-se, multiplicando-se os usos alternativos e aumentando a especulação. A antiga ocupação agro-florestal predominante perde importância relativa, dando lugar a uma plurifuncionalidade. Além da ocupação agro-florestal, nesta diversidade de funções, surgem instalações industriais e ainda instalações comerciais e de armazenagem, e espaços de ócio, como campos e pavilhões com fins desportivos e de recreio, que os preços do solo e a proximidade relativa à cidade incentivam.

No que se refere aos usos do solo agro-florestais, no período entre o final da década de 60 e o final de 70, verificou-se um acréscimo da superfície florestal e de incultos, a qual é acompanhada por uma diminuição, embora pequena, da superfície agrícola.

Como resultado das mudanças sociais as práticas agrícolas apresentam transformações profundas quer nas formas de trabalho como na sua repartição. A generalização de empregos alternativos noutros sectores de actividade e a possibilidade de adquirir equipamento, quer para trabalho agrícola, quer para usos domésticos, deu origem a uma diferente repartição do trabalho na agricultura. Ao lado do trabalho a tempo completo na exploração agrícola, em que o trabalho feminino é importante, surgem formas de trabalho de fim de dia e de fim de semana, sujeitos ao tempo convencional dos empregos nas indústrias e nos serviços. Por exemplo, cerca de 65% da população agrícola familiar com actividade remunerada fora da exploração e que trabalha nela a tempo parcial dedica-lhe um tempo de actividade de menos de 50% do tempo completo. Por outro lado, aumenta a utilização de máquinas e outro equipamento técnico, para uso doméstico ou para acti-

QUADRO 4

Consumos de electricidade — 1960-1980

Concelho de Leiria

ANOS	1960		1965		1970		1975		1977		1980	
	kwh	Δ %	kwh	Δ %	kwh	Δ %	kwh	Δ %	kwh	Δ %	kwh	Δ %
INDÚSTRIA	25 841 221		45 914 773	77.7	104 799 504	128.3	134 878 120	28.7	139 325 966	3.3	161 823 113	16.1
AGRICULTURA	107 625		235 335	118.7	347 706	147.8	1 947 214	460.0	2 530 999	119.9	1 356 104	-46.0
DOMÉSTICO	2 762 368		3 805 716	37.8	6 751 603	774.0	14 994 436	122.1	20 886 927	31.3	37 275 702	78.5

FONTE: Estatística das Instalações Eléctricas — INE.

vidades produtivas, nomeadamente a agricultura. A variação dos consumos de energia eléctrica (Quadro 4), entre 1960 e 1980, segundo os usos na indústria, na agricultura e domésticos, ilustra, embora de modo parcial e incompleto, o recurso a formas energéticas mais modernas. Lado a lado, dois tipos de agricultura coexistem. Por um lado, assiste-se ao desenvolvimento de um sector moderno, numa agricultura empresarial de tipo capitalista, praticando produções especializadas: vinha, fruticultura, exploração florestal e pecuária. De outro, surge um tipo complexo e multifacetado, caracterizado por uma agricultura policultural, de subsistência e de complementaridade de rendimentos, que pode apresentar quer formas tradicionais quer modernas.

51

4. A problemática da peri-urbanização, pelas considerações teóricas aduzidas e pela referência empírica apresentada, levanta vários problemas para uma discussão futura e que são, ao mesmo tempo, tópicos de uma conclusão:

1. A dispersão da mão-de-obra no lugar de residência, por pequenos aglomerados é acompanhada de uma perda da identidade e das formas tradicionais de consciência de classe. Neste caso não há lugar à produção de uma consciência operária como nas «bolsas» de operariado de tipo clássico, dominantes nas grandes concentrações urbano-industriais. Pelas suas características mais individuais, este «novo» tipo residencial dá lugar a um mão-de-obra mais «dócil», menos conflitual, perante as estratégias das empresas (formas de contratação, salários baixos, despedimentos), situação particularmente manifesta em épocas de crise. A este tipo residencial associa-se aqui uma atitude conservadora no comportamento político, o qual se expressa nas eleições nacionais e locais, predominando as votações no conjunto dos partidos mais conservadores.

2. Um estatuto de propriedade (da terra e do alojamento) que coloca os assalariados industriais e de serviços numa relação disjunta entre a situação no trabalho e fora do trabalho (trabalho principal, no caso da pluriactividade). A actividade complementar, a propriedade de terra ou da casa assumem neste caso uma dimensão económica importante, funcionando como entesouramento ou recurso, reserva que se torna particularmente útil em situações críticas, como no caso de desemprego. A importância que a posse da terra e do alojamento toma no domínio da reprodução social da força de trabalho é bem significativa e converte-se num dos tópicos principais de estudo destas áreas de peri-urbanização.

3. Por fim, ainda na esfera da reprodução social, uma forte ligação à comunidade local, com predominância das

4. A peri-urbanização: formas espaciais e formas culturais

António
Gama

iniciativas de carácter familiar e de vizinhança vem dar-lhe uma dimensão cultural «camponesa» (os ócios, as formas culturais, a religião), a par de atitudes sociais de individualismo. Deve assinalar-se ainda a criação de um imaginário local de realização e de sucesso na vida, simbolizados pela casa, pelo automóvel e pelo equipamento doméstico, expressão e veículos de uma urbanização quer material, quer cultural.

**Referências
Bibliográficas**

- Badouin, R. 1979 *Économie et aménagement de l'espace rural*, P.U.F. Paris
- Bauer, G.; Roux, J. M. 1976 *La rurbanisation ou la ville épartillé*, Ed. du Seuil, Paris
- Berger, M., et al. 1980 Rurbanization et analyse des espaces ruraux péri-urbains, *L'Espace géographique*, 4, 1980, 303-313
- Boura, I. M., et al. The economic impact of returned emigrants evidence from Leiria, Mangualde and Sabugal, in *Emigração e Retorno na Região Centro*, Coimbra, 1984, pp. 63-115
- Charrier, J. B. 1970 *Citadins et Ruraux*, P.U.F., Paris
- Clouth, H. 1976 *Rural Geography*, Pergamon Press, Oxford
- Ferrão, J. 1982 Evolução e Estrutura Regional das Classes Sociais em Portugal (1960-1970), *Finisterra*, XVIII, 33, 223-265
- Ferrão, J. 1985 Recomposição Social e Estruturas Regionais das Classes (1970-1981). *Análise Social*, 87-88-89; 565-664
- Gaspar, J., et al. 1981 *Utilização dos Tempos Livres — 2 — Concelho de Leiria*, E.P.R.U., C.E.G.L., Lisboa (policopiado)
- Gaspar, J. 1986 Portugal: População e Povoamento — evolução recente, tendências e perspectivas. *Povos e Culturas — 1*
- Harvey, D. 1985 *The Urbanization of Capital*, Basil Blackwell, Oxford
- Massey, D. 1985 New Directions in Space, in Gregory and Urry (ed.), *Social Relations and Spatial Structures*, (9-19)
- Mingione, E. 1977 Theoretical Elements for Marxist Analysis of Urban Development in M. Harloe (ed.) *Captive Cities*, Wiley, Londres (89-109)
- Mingione, E. 1981 *Social Conflict and the City*, Basil Blackwell, Oxford
- Pahl, R. 1968 The rural-urban continuum, in R. Pahl, *Readings in Urban Sociology*, Pergamon, London
- Raffestin, C.; Bresso, M. 1979 *Travail, espace et pouvoir*, Ed. l'Age d'Homme, Lausanne
- Raffestin, C. 1980 *Pour une géographie du pouvoir*, L.I.T.E.C., Paris
- Rambaud, P. 1969 *Société rurale et urbanisation*, Seuil, Paris
- Reis, J. 1985 Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15, 16, 17; 225-260
- Santos, B. S. Estado e Sociedade na Semiferiferia do Sistema Mundial: o caso português, *Análise Social*, 87, 88, 89; 869-902

António
Gama

- Saunders, P. 1981 *Urban Politics, a Sociological Interpretation*, Hutchinson, Londres
- Soja, E. 1985 *The Spatiality of Social Life in Gregory and Urry (ed.), Social Relations and Spatial Structures*, MacMillan, Londres
- Walker, R. 1981 *A theory of suburbanization: capitalism and the construction of urban space in the United States*, in M. Dear e A. J. Scott, *Urbanization and Urban Planning in Capitalist Society* (83-429), Methwen, Londres